

R E V I S T A

dezembro 2019

Democracia Socialista

Caderno Especial

O que é a democracia socialista

Edição comemorativa

dos 40 anos

da corrente interna do PT

Democracia Socialista

1979/2019



1. Introdução

O objetivo deste texto é apresentar o que é a DS para os filiados(as) ao PT, em especial, para as novas gerações que ingressaram no Partido e a juventude da esquerda brasileira que não viveu as primeiras décadas dessa rica e particular experiência de construção partidária.

Essa reflexão é também uma homenagem aos 40 anos de existência do PT (1980/2020) que se completa no próximo ano. Uma reflexão que sabe que as lutas sociais e as organizações de esquerda são seculares, mas que busca resgatar as especificidades e as características próprias dessa trajetória particular. É, também, uma homenagem a todos os companheiros e companheiras que junto à construção do PT compreenderam a necessidade de sua **democracia interna** e da luta permanente por uma **estratégia socialista**, razão de ser da nossa corrente política, tendência interna do PT, a **Democracia Socialista**.

Nascemos um pouco antes do PT. Assumimos essa denominação no final de 1979, após vários anos de luta e resistência durante a ditadura cívico-militar (1964-1985) nos espaços que existiam e/ou conquistávamos dentro do regime de exceção. Mas desde 77 estivemos engajados e comprometidos nos movimentos sociais e sindicais, na imprensa alternativa, nas brechas da institucionalidade, assumindo o Movimento pró-Partido dos Trabalhadores.

Neste momento, em que alcançamos quatro décadas de luta política na resistência a uma ditadura, na conquista de espaços democráticos, no acúmulo de experiências legislativas e administrativas, na





situação e na oposição, vivemos um dos maiores desafios da luta popular e socialista: resistir e vencer o mais autoritário e ideológico ataque do neoliberalismo mundial no qual as forças capitalistas abandonam de forma explícita qualquer compromisso com a democracia e as conquistas civilizatórias do século XX como a tolerância, os direitos universais do homem e a igualdade social.

Mais do que nunca, essas bandeiras devem estar nas mãos dos trabalhadores e do povo. Mais do que nunca exige-se da esquerda a luta concreta e conscientizadora de que a classe capitalista não quer e não garante a democracia e os direitos sociais.

Essa democracia substantiva, participativa, igualitária será obra da conquista de uma democracia socialista.

2. O PT e o Direito de Tendência

Desde sua fundação, o PT desenvolveu práticas e experiências inéditas na história político-partidária brasileira. Uma das mais significativas foi assumir, desde a origem, o direito de tendência interna, ou seja, o direito de se formarem, em seu interior, correntes de opinião que assumam iniciativas do debate e ajudem a sistematizar as posições programáticas e as diferenças táticas ou de temas específicos sobre as quais o Partido precisa decidir e praticar. Ou enfrentar, por serem novos desafios.

A singularidade reside no fato de não ser uma tradição ou uma prática histórica dos partidos do campo popular e socialista. Ao menos, ao longo do século XX, tanto os partidos socialistas e partidos comunistas tiveram suas estruturas orgânicas marcadas por dire-





ções centralizadas, verticalizadas e coesas. No caso dos PCs, direções “monolíticas”. A leitura desses partidos da “teoria leninista de organização” sempre foi enraizada na compreensão de um “centralismo democrático” que defendia a maior democracia possível no debate e a maior unidade na ação. Para isso, as direções deveriam ser unitárias, com comando único para garantir que na prática política o Partido tivesse coesão e unidade sob uma rígida direção na condução partidária.

Os duros confrontos em sociedades pouco democráticas, os períodos de repressão ou de clandestinidade e, principalmente, o predomínio do stalinismo na experiência soviética levaram a que a “teoria leninista” e o “centralismo democrático” fossem cada vez mais compreendidos como direção monolítica, coesa e verticalizada e cada vez menos garantisse a democracia nas decisões da base. Aos poucos, o Partido foi sendo substituído pelo “Comitê Central” e, em seguida este foi substituído pelo “Secretário Geral”. Era a negação da pluralidade e da democracia na origem do “soviet” (conselho), na experiência Russa.

A dureza da “luta de classes” e fases de clandestinidade, de guerras ou de grande repressão consolidaram a tese de uma direção forte, todo-poderosa, legalizada em longíquos congressos ou modificada por cooptações identificadas com a mesma direção predominante. Esta foi a leitura dominante sobre a “teoria leninista de organização” e o “centralismo democrático” nos PCs brasileiros e suas várias dissidências dos anos 60.

O PT nasceu com uma forte influência crítica e muita desconfiança em relação aos partidos de esquerda tradicionais no Brasil. Os vários grupos e correntes da esquerda dos anos 60 e 70, em sua maio-





ria dissidências do PCB e do PCdoB, que viveram experiências variadas, mas críticas ao stalinismo, influíram bastante na formação orgânica do PT no sentido do pluralismo. Além disso, a heterogeneidade das forças que deram origem ao PT (sindicalistas, movimentos de Igreja, estudantes, intelectuais, além dos vários grupos de esquerda que vinham da resistência democrática) tornavam a idéia do partido plural e tolerante uma questão natural, uma necessidade diante de uma realidade tão diversificada, mas com um forte instinto classista que constituía o Movimento pró-PT.

Mesmo assim, a experiência orgânica partidária da maioria e dos sindicalistas era pequena e nos primeiros anos esse debate foi bastante difícil no Partido. O princípio do direito de tendência, de diversas correntes de expressão e de experiências anteriores, era bem aceito por todos, mas prevalecia apenas nas instâncias dos Diretórios. Nas direções Executivas, a tendência majoritária assumia, sozinha, toda a composição dos cargos mais relevantes. Depois de muitos anos de disputa e cobrança à maioria, de respeito à pluralidade e à proporcionalidade, a corrente majoritária passou a exercer uma política de cooptação de alguns quadros dirigentes de outras correntes existentes para incluí-los nas Executivas, mas, sem respeitar as votações proporcionais nos Encontros. Esse debate e disputa levou uma década no interior do Partido.

Somente em 1990 no 7º Encontro Nacional (junho de 1990) e, em seguida, no I Congresso do PT (1991), é que houve a ratificação do princípio do direito de tendência e a garantia e o respeito à proporcionalidade da democracia interna, em todas as instâncias e órgãos do Partido, inclusive, nas direções Executivas. No I Congresso, ainda com cláusula mínima de 10%. Mais tarde e até hoje, a proporcionalidade é direta. Foi também aprovado o mínimo de 30% de mulheres





em todas as direções partidárias.

3. O Estatuto do PT

No título IX do Estatuto do PT está o regramento sobre o direito da tendência no Partido. Na última reforma estatutária este capítulo, praticamente, não sofreu alterações. Não houve proposta de mudança nesta questão que vai além de ser uma das características singulares do Partido. É, também, uma de suas maiores virtudes. Durante essas quatro décadas, foi o principal instrumento responsável pela manutenção da unidade partidária. Para o Partido, não haver questionamento sobre esse que é um dos princípios fundantes do PT foi relevante e simbólico. Demonstra uma sólida confiança do conjunto partidário nesse critério estruturante.

Pelo Estatuto, as tendências são agrupamentos de filiados para defender posições comuns ou de debate sobre temas que o Partido ainda não assumiu em seu programa. As correntes podem ser de âmbito municipal, estadual e nacional, mas pelos processos de eleição direta (PEDs) tendem a ser correntes nacionais e com organicidade. Não podem ser frações públicas que expressem posições próprias fora do Partido ou posições que foram derrotadas e são publicizadas ou que não expressam o Partido como um todo. As experiências da Convergência Socialista e da Causa Operária foram ilustradoras desse comportamento e ao saírem do PT deram origem ao PSTU e ao PCO. Mais tarde (2004), tivemos o caso de outras correntes que saíram do Partido para dar origem ao PSOL.

No PT, o direito de tendência permite, inclusive, a elaboração coletiva de boletins e informativos e o recolhimento de fundos para manutenção dessas atividades, desde que não entrem em conflito





com as finanças e os critérios de arrecadação do próprio PT.

O Estatuto subordina a existência de contatos e relações internacionais, bem como de sedes e locais próprios das tendências ao conhecimento e autorização do Diretório Nacional.

O direito de tendência e o respeito à proporcionalidade alcançados nos processos congressuais e de eleição direta de todos os dirigentes partidários garantem ao PT a identidade de ser o partido mais democrático do país.

As tendências, portanto, são um poderoso instrumento de iniciativa e debate, de construção da democracia interna e não se confundem com coletivos de mandatos ou pequenos grupos em torno de interesses meramente eleitorais ou de ocupação de espaços e cargos. Estes, do nosso ponto de vista, não devem ser estimulados. Ao contrário, o funcionamento das instâncias partidárias, das setoriais, dos núcleos, de forma viva e permanente é que devem ser incentivados .

Com essas definições e limites o Estatuto partidário garante o direito às tendências internas para atuarem na iniciativa do debate político e na organização dos filiados em torno dessas proposições e projetos para o Partido, sem que isso adquira um caráter público e aberto antes que o Partido tenha assumido, através de seus mecanismos de decisão, como posição do conjunto partidário.

Essa forma de organização tem se revelado positiva e inédita no campo da esquerda no Brasil. Internacionalmente, a ausência de um instrumento como esse de direito de tendência e proporcionalidade nas direções em todos os níveis tem dificultado o surgimento





de grandes partidos de massa em vários países, onde as condições objetivas e sociais seriam mais favoráveis para isso.

O mais comum é a ocorrência de “dissidências” ou “rachas” que se sucedem pela incapacidade de absorção da pluralidade, da diversidade, na construção coletiva de sínteses políticas, de um amadurecimento e de uma consolidação programática. São sucessivos “rachas” que criam um espírito de seita, de sectarismo, que se realimenta com uma “pureza” de princípios e programas incapazes de agir e alterar a realidade. Esses grupos vivem mais da “crítica” e da “fiscalização programática” dos outros do que do acerto e dos resultados de sua própria experiência.

O direito de tendência, de proporcionalidade, de construção de posições na pluralidade e diversidade de um campo ideológico comum nos torna mais maduros, mais tolerantes, mais abertos ao diálogo e ao contraditório, elementos fundantes de um processo de construção democrática.

4. O que é a Democracia Socialista

Somos uma tendência interna do PT desde seu nascimento. Nessa época, reuníamos um grupo de militantes socialistas que mantinham um periódico alternativo organizado em 1977 - o jornal EM TEMPO - que fazia a resistência ao regime militar sob o ponto de vista dos socialistas. O ET nasceu como uma frente jornalística cuja unidade era uma busca de espaço para uma imprensa alternativa que enfrentasse o regime militar numa perspectiva dos trabalhadores. Um espaço para as lutas sindicais e populares, para os estudantes e a reconstrução da UNE, para a luta pela Anistia. Conforme avançou a conquista da Anistia, o retorno dos exilados e a reorga-





nização partidária, a frente jornalística não conseguiu manter sua unidade. Nem todos eram favoráveis ao Movimento Pró-PT.

A maioria dos que ficaram sustentando o periódico Em Tempo deram origem a DS.

Reivindicávamos a herança dos grupos que no Brasil, ainda nos anos 60, faziam a crítica ao populismo e ao stalinismo predominantes nos partidos populares (PTB) e da esquerda tradicional (PCs) no País. Em particular, a contribuição da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), do Partido Operário Comunista (POC) e da influência do pensamento trotskysta via obra de Ernest Mandel. Essa herança política residia, de maneira geral, na crítica à concepção predominante na esquerda brasileira que interpretava o país dentro de uma visão dualista isto é, uma visão de que haviam “dois Brasis”, um arcaico, rural e outro moderno e urbano.

À esquerda cabia aliar-se a este segundo, que seria um capitalismo industrial superando o campo atrasado, feudal. Daí a necessidade da aliança de classes com setores da burguesia para cumprir uma etapa de desenvolvimento capitalista no país como pré-condição para a luta e as tarefas essencialmente socialistas. Isso implicava numa política de alianças que subordinava os trabalhadores ao apoio aos partidos populistas e suas lideranças, impedindo o surgimento de alternativa própria dos socialistas.

Nosso engajamento no Movimento pró – PT foi orientado na tarefa central que víamos para a luta pelo socialismo no Brasil: **a organização política dos trabalhadores num partido independente**, não subordinado às concepções tradicionais já apontadas.





O periódico que mantínhamos – o EM TEMPO – dedicou-se a apoiar editorial e materialmente o Movimento Pró-PT. Tínhamos uma visão estratégica dessa construção.

Para nós, o PT deveria ser construído e organizado como um Partido e não como outros grupos pensavam: uma frente política ou uma frente eleitoral, mais à esquerda do que o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que no futuro decantaria em alguns partidos no campo da esquerda.

Esse problema era real, pois várias correntes que assumiram o Movimento pró-PT o viam como um Partido transitório, de passagem, devido à grande heterogeneidade inicial. Por outro lado, isso despertava toda uma desconfiança do núcleo de sindicalistas que viam o PT como um Partido estratégico em contrapartida a vários grupos mais orgânicos - independente do tamanho e da implantação social - que eram apresentados como uma “2ª camiseta”, isto é, vestiam outro projeto sob a camiseta da estrela petista.

Desde a fundação, nós, da DS, defendíamos o PT como um Partido com direito de tendência e proporcionalidade nas direções gerais e Executivas, mas como um Partido estratégico e não uma frente política ou eleitoral. O preconceito contra os grupos ou correntes que vinham da esquerda durou algum tempo. Ao menos, até a organização da “Articulação dos 113”, denominação da corrente orgânica formada pelos dirigentes sindicais, intelectuais e outros setores que compunham a “maioria”, e que a partir do lançamento do “Manifesto dos 113” (1983) se assumiram, na prática, como mais uma tendência partidária. O reconhecimento e a regulamentação de todas as correntes tornavam-se mais evidentes e uma exigência interna do PT, para seu funcionamento orgânico e democrático.





Dessa forma, a adesão a uma tendência interna, assim como ao Partido, é voluntária, não contraditória com a filiação e com um grau menor de formalização, pois o PT possui Estatuto, Código de Ética e exige do filiado a observância dessas regras. Na Tendência a adesão é mais fluída, menos formal e a identificação ocorre em torno de uma ou mais questões que o Partido enfrenta no dia a dia e que nem sempre coesiona toda a militância, mas que são necessárias para o avanço programático do Partido e da luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelo socialismo.

Nossa corrente esteve presente, com propostas, em todos os Encontros e Congressos nos quais o Partido tratou dessa definição estratégica. No 5º Encontro Nacional (1987), a “estratégia democrática e popular” como eixo estruturador da luta pelo socialismo no Brasil. No 7º Encontro (1990) com a aprovação da resolução “O Socialismo Petista”. No II Congresso (1999) e no III Congresso (2007) nos quais foram aprovadas atualizações e ratificação da nossa luta pelo socialismo.

Ao longo da sua existência, o PT efetivou algumas alterações significativas. No Iº Congresso, ratificou-se o direito de tendência e proporcionalidade nas Executivas. As companheiras conquistaram o direito aos 30% mulheres nas direções. Nós estávamos juntos na luta das mulheres, como estivemos na linha de frente no 4º Congresso, na 2ª etapa, em 2011 quando se estabeleceu paridade de gênero, às cotas geracionais e étnicas nas direções. Ainda em 1999, no 2º Congresso a revisão estatutária foi remetida, com quórum qualificado, para ser deliberada pela Direção Nacional, que dedicou algumas reuniões para esse tema.

A grande reforma estatutária, nesse momento, foi o Processo de





Eleições Diretas (PED) para substituir os Encontros de filiados e de delegados pelo voto direto de todos os filiados na escolha das direções municipais, estaduais e nacional, no mesmo dia em todo o país, e com a eleição separada das chapas proporcionais e do presidente respectivo. A proposta, aprovada por maioria, justificava ampliar a participação nos Encontros substituídos por um processo eleitoral onde se exigia apenas o voto entre às 9 - 17 horas de determinado dia, sem a simultânea discussão de teses, candidaturas, divergências táticas e estratégicas.

As principais conseqüências foram as filiações massivas e sem critérios e o pagamento das mensalidades por terceiros, num claro voto de cabresto, gerando resultados negativos do ponto de vista orgânico e de formação dos filiados. O enfraquecimento dos núcleos e o fortalecimento dos mandatos e do poder econômico dentro do Partido foram inevitáveis. O PT tendia a abandonar o caráter militante por um Partido eleitoral.

A cada PED sucedem-se as denúncias de fraude, de manipulação dos resultados, incompatíveis com a ética, a lealdade e os princípios que defendemos. Nos últimos anos, houve uma resistência positiva das organizações setoriais que vêm recuperando protagonismo no Partido, bem como o 4º Congresso e o 5º Congresso, incorporaram, em parte, formas mistas e congressuais mas o Estatuto ainda não foi modificado.

Nossa corrente defendeu o voto direto na base municipal, mas que isso não prejudicasse o debate prévio das propostas, as filiações criteriosas e o compromisso de todos os filiados e filiadas na sustentação partidária. Fomos derrotados mas esse debate está aberto e será retomado nos próximos Encontros e Congressos.





Ser da DS significa lutarmos dentro do PT para que o Partido se mantenha como um partido classista, anticapitalista, com sua militância engajada em frentes de lutas e regido por sua democracia de base, com direito de tendência, representação proporcional das correntes, igualdade de gênero nas instâncias diretivas e cotas étnicas e geracionais. Um Partido que luta pelo socialismo democrático. Um Partido que aposta na emancipação da juventude, e na sua formação permanente, garantindo a transição geracional.

Ser da DS significa ter uma postura ética compatível com a sociedade que queremos construir: solidária, igualitária e que não se submeta ao pragmatismo de que “os fins justificam aos meios”. O Estatuto e o Código de Ética do PT expressam uma concepção republicana e laica na relação de cada filiado portador de mandato parlamentar ou executivo com o Estado, diante das possibilidades de burocratização e das vantagens e benefícios pessoais dos cargos, cuja rigorosa observância é uma das marcas da nossa corrente.

Ser da DS significa lutar por uma democracia participativa. Para nós isso não é um horizonte utópico, mas um dos elementos centrais de uma transição ao socialismo, aqui e agora. O Estado capitalista liberal é incompatível com a democracia participativa (orçamentos participativos, conselhos populares setoriais e regionais, plebiscitos, comissões de empresas com poder de gestão, etc) são avanços num programa de transição ao socialismo. Em especial, nossas experiências de democracia participativa em Porto Alegre e no governo estadual gaúcho nos anos 90.

Ser da DS significa lutar por uma reforma política que faça avançar o nível de consciência e participação orgânica dos trabalhadores e trabalhadoras. Hoje é questão vital para os partidos de esquerda





combater o predomínio do poder econômico (financiamento privado ilimitado) e o individualismo e personalismo (voto nominal) predominantes no sistema político eleitoral brasileiro. Precisamos conquistar o financiamento público, **o voto em lista partidária com igualdade de gênero** e um verdadeiro sistema de proporcionalidade. Devemos defender um **sistema unicameral com proporcionalidade idêntica para todo o país** como bandeiras que o PT deve assumir como suas.

Ser da DS significa lutar para que nossos governos sejam exemplos de **participação popular** e de **soberania popular**. A governabilidade dos nossos mandatos necessita a legitimidade da participação em mecanismos de consulta e deliberação que vão além do sistema representativo. Para tanto, orçamento participativo, conselhos setoriais com poder de deliberação de políticas públicas, conferências e congressos municipais e estaduais também criam governabilidade e sustentação de governos pela presença popular direta. Essa governabilidade é muito superior em qualidade estratégica do que a dependência exclusiva aos acordos e composições no Parlamento como tem sido predominante em nossos governos. É incompatível, também, com a defesa do planejamento e do caráter republicano do Estado a manutenção da herança patrimonialista e corruptora da figura da emenda parlamentar. Expressão degenerada do clientelismo e ante-sala da corrupção que corrói o Estado brasileiro. Nossa corrente deve manter uma denúncia sem tréguas dessa anomalia e lutar para que seja substituída pela participação direta e organizada da população, decidindo regionalmente quais são as verdadeiras prioridades orçamentárias do povo.

Ser da DS significa incorporar a compreensão que não há socialismo sem feminismo, nem feminismo sem socialismo. A luta contra





a opressão das mulheres e combate às práticas machistas, inclusive na esquerda é parte de nosso programa e parte dos nossos desafios cotidianos. Compreendemos que sem reconhecer a história de luta das mulheres e seu envolvimento na luta geral contra o capitalismo, não é possível entender a história do socialismo sem considerar a profundidade das mudanças propostas e a força democratizadora das mulheres. O feminismo é parte essencial de nossa visão libertária e de defesa do direito das mulheres como sujeitos políticos e de seu direito à autodeterminação. Somos pelo livre direito de orientação sexual, e do pleno exercício libertário da sexualidade sem hipocrisias. Da mesma forma, somos defensores de um Estado republicano, laico. Para nós, a garantia constitucional do direito a qualquer crença religiosa aos indivíduos têm sua contrapartida na ausência de qualquer submissão do Estado e da Cidadania a qualquer visão, prática e preconceito confessionais.

Ser da DS significa incorporar a perspectiva ecossocialista que coloca a necessidade de romper com uma visão que a natureza é um recurso inesgotável e atuar para que o modelo de produção e consumo esteja baseado nos princípios da suficiência e da vida em harmonia com a natureza. Dessa forma incorporamos uma crítica ao culto do progresso que aniquila as indagações fundamentais de: para quê, para quem, como e a qual custo esse progresso se desenrola. O ecossocialismo é antes de tudo, um projeto consistente para a disputa de rumos na sociedade, que agrega em si mudanças no mundo do trabalho, no uso de técnicas e tecnologias inovadoras e sustentáveis, de valorização dos saberes tradicionais, da gestão democráticas dos bens naturais e do poder público.

Nosso Partido nasceu, também, para enfrentar o racismo e seus preconceitos repressores. É indissociável da luta pela democracia





e pela república o combate ao racismo que apesar de toda a diversidade e pluralidade étnica da nossa gente ainda sobrevive por uma herança maldita de quatro séculos em nosso país na forma da desigualdade civil e social e na desigualdade de oportunidades.

Ser da DS significa enfrentar a visão neoliberal predominante no plano econômico e lutarmos pela manutenção e reconquista pelo Estado de setores chaves como petróleo, energia e recursos naturais. Significa lutar por um sistema de crédito público, de cooperativas de crédito e de instituições públicas de microcrédito, economia popular e solidária, bem como pelos modos não-capitalistas de produção e consumo. **Defendemos uma política tributária progressiva** e de prioridade dos **tributos diretos sobre rendas, lucros e patrimônio**. Lutamos pela garantia de que **serviços públicos** como telefonia, energia elétrica, estradas, transporte público, serviços de água e saneamento não se transformem nem em mercadorias nem em instrumentos de acumulação privada. Precisamos avançar nas experiências de empresas e serviços públicos estatais e não-estatais autogestionados, bem como incentivar e fortalecer as experiências de economia popular solidária em suas variadas formas.

Ser da DS significa combater o consumismo, a visão predatória dos recursos naturais, a submissão ao mercado e a concepção produtivista que o capitalismo impõe ideologicamente. Somos governo nas várias instâncias administrativas do país e nelas temos que exercer e alargar o controle e a capacidade de regulação do Estado, seja para coibir a acumulação e a exploração, bem como garantir uma política de direitos consagrados pela Constituição e ainda distantes de serem ganhos reais na vida das pessoas (Saúde, Educação, Assistência Social e Previdência). A luta pelo socialismo é indissociável da preservação ambiental, da produção sustentável, do





fim desse caráter predatória irracional da utilização dos recursos naturais pela barbárie capitalista.

Ser da DS significa romper com a submissão ideológica das últimas décadas e assumir a defesa e a **propaganda da alternativa socialista** materializando-a no cotidiano das nossas administrações e lutas na sociedade. Mais do que isso, **nossa tarefa é recuperar o PT para a luta ideológica, para a luta de uma concepção de mundo socialista de novos valores e idéias, de perspectiva de futuro**, de um novo mundo possível que já estamos construindo. Nesse sentido, as áreas da cultura, da educação e da comunicação são espaços prioritários dessa luta ideológica, pois é através desses mecanismos que o Estado capitalista cimenta sua dominação de classe e mantém sua hegemonia. Nosso papel é fazer esse enfrentamento, disputar **outra hegemonia baseada em valores da igualdade, solidariedade, do coletivo, da democracia participativa e do conhecimento racional do mundo.**

Ser da DS significa lutar pela democratização da comunicação, pelo fim dos monopólios oligárquicos atuais. Lutar por canais estatais de rádio e TV sob controle público. Defender o controle democrático pelos Comitês Editoriais com os trabalhadores da mídia privada e fortalecer a mídia alternativa comunitária, sindical e partidária.

Ser da DS significa ser internacionalista. Compreender que o capitalismo e o imperialismo são fenômenos históricos mundiais e os interesses dos trabalhadores não se esgotam nos limites nacionais. Significa apoiar ativamente processos como o Fórum Social Mundial. As grandes lutas e conquistas dos trabalhadores sempre tiveram essa característica internacional: o direito à organização





sindical, as conquistas das jornadas de trabalho, o direito à Educação, à Saúde e a Previdência, bem como as conquistas democráticas sempre foram arrancadas dos Estados liberais pelas lutas e vitórias dos trabalhadores. **Suas organizações e partidos precisam aprofundar sua unidade**, integrar os povos e nações oprimidas pelo imperialismo e lutarmos, permanentemente, por sua integração. As experiências e relações fraternas que o PT sempre praticou com as Internacionais Socialistas e, em especial, seu compromisso com a construção do Fórum de São Paulo constituem-se numa sólida base de mais de 30 anos para que avancemos na unidade dos povos sul-americanos, na integração plena (econômica, política, cultural, etc) dos nossos países sob governos do campo popular e socialista e na crescente coesão programática dos nossos Partidos.

Hoje, no Brasil, isso se materializa **na tarefa inadiável do PT defender a construção de uma frente, de um bloco de Partidos de Esquerda, de forma permanente, nacional, em torno de um programa comum dessas forças políticas.**

Por fim, esse conjunto de temas programáticos não esgota todas as questões que enfrentamos e/ ou já acumulamos em nossas lutas e experiências governamentais, mas se constituem em um **parâmetro ideológico-programático que nos identifica e singulariza como uma tendência interna no interior do PT.** O processo de unidade e prática programática do Partido num país profundamente desigual como o Brasil, exige uma permanente dialética na disputa hegemônica na sociedade e no próprio Partido.

Muitas definições programáticas do Partido não são praticadas, uniformemente, em todas as nossas administrações e/ou lutas em que estamos envolvidos. Da mesma forma, somos desafiados e exi-





gidos, diariamente, por questões sobre as quais o Partido não definiu uma resposta coesa e adequada, além do conjunto de temas onde nem o problema e o debate sobre ele já ocorreram nas nossas instâncias de deliberação.

É nesse processo desigual, contraditório e dialético que o Partido e as correntes atuam e que vão forjando uma unidade programática superior. Até aqui, após quatro décadas, temos conseguido combinar a disputa pela hegemonia e o nível de consciência média programática do Partido num elevado grau de unidade na construção orgânica. Essa contribuição teórica e organizativa pretende dar continuidade a essa história e suas lutas.

Democracia Socialista
Tendência Interna do PT
Dezembro 2019 - 40 anos da DS





Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br

